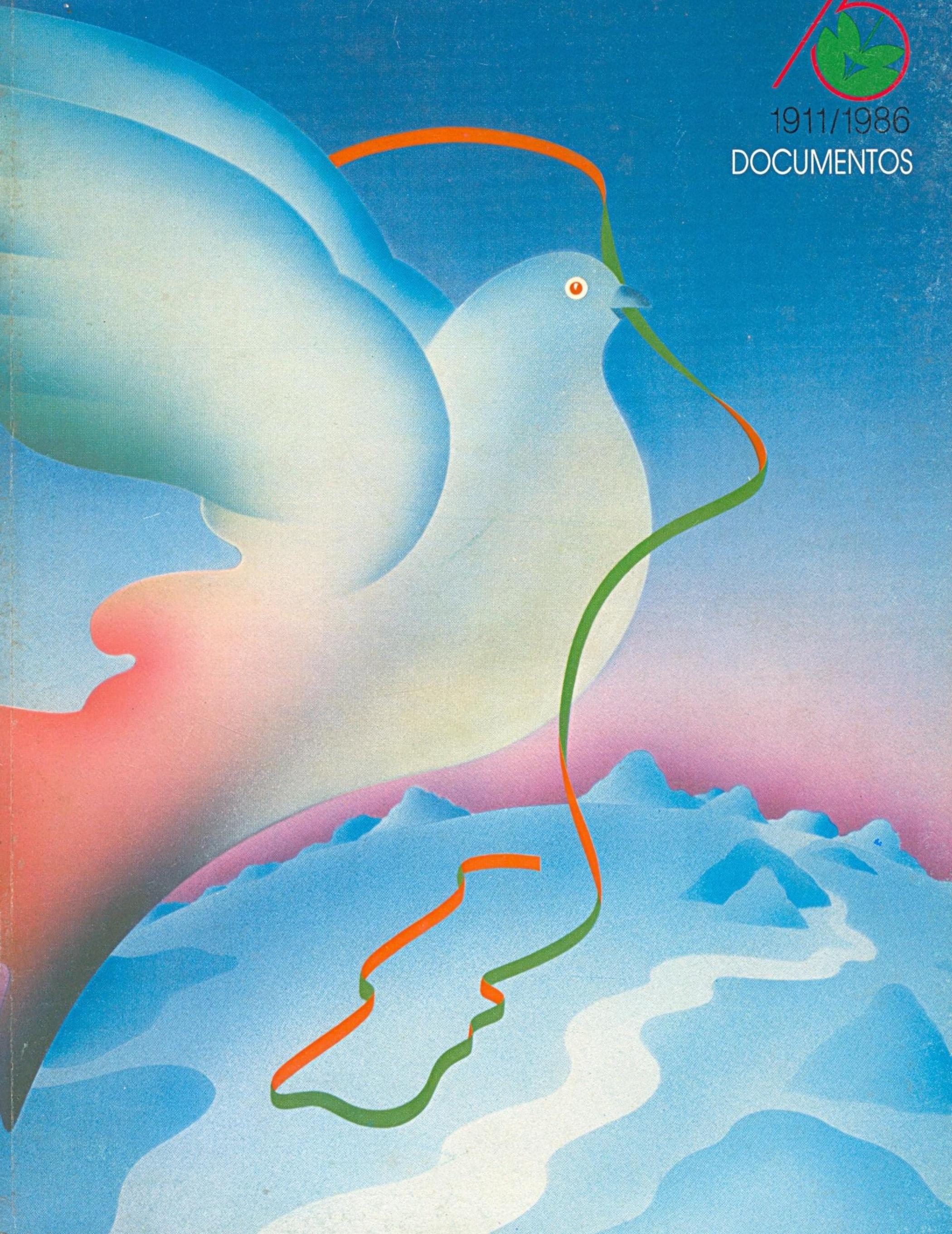


III CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO



1911/1986

DOCUMENTOS



PARA UMA HISTÓRIA DO TURISMO NO ESTORIL

(III Congresso Nacional de Turismo — Documentos, Porto, 1986)

To take a tour, dar uma volta. Daí a noção de *turismo*, o gosto pelas viagens; e, depois, a *indústria* do turismo — para que o *tour* fosse por aqui e não por além.

Mas, antes desse estímulo artificial, a deslocação das pessoas obedeceu a intenções bem determinadas. Ou seja, antes de serem artificialmente criados, os fluxos turísticos existiram *por si*: uma pessoa ia, sentia-se bem, agradava-lhe, trazia depois a família, os amigos e... a corrente estabeleceu-se. Sentia-se bem — devido ao clima, ao ambiente. Gostava de ir — para gozar da paisagem, admirar um monumento.

Interessar-nos-á, pois reflectir neste importante dado inicial para que *se mantenha e se potencie* o fluxo turístico.

Claro que também se podem criar atractivos inteiramente artificiais. E as pessoas vão ao parque de diversões, aglomeram-se à porta do restaurante famoso. Este é, porém, um fluxo mais sazonal, mais sujeito à concorrência, mais débil.

No que respeita ao Estoril, interroguemo-nos, portanto. Para fazer História e para da História tirarmos ilações. Porque a descoberta do que provocou o fluxo turístico ajudará a *manter* esses factores; a *potenciá-los*, se possível; nunca, porém, os poderemos *aniquilar*, sob pena de sustermos a procura; e a sua eventual *substituição* há-de ser paulatina e cuidadosa, na antecipada certeza de que as dificuldades surgirão. Em História — como, de resto, em tudo — o tempo é o grande mestre, e quando sentimos pressa em ir ao encontro dos novos interesses, na *destruição* do passado, talvez devamos pensar, de preferência, que os novos interesses hão-de ser satisfeitos lateralmente, *sem prejuízo* dos factores que, naturalmente, determinaram o fluxo turístico.

Vejamos, pois, quando é que os forasteiros começaram a demandar Cascais; quando é que esse fluxo se tornou consciente e, por isso, passou a ser aproveitado. Como se fez? Porque, como dissemos, as pessoas vêm, criam-se necessidades *artificialmente*, há que *artificialmente* despertar outras necessidades, há que chamar *mais gente*. A análise de *como se fez* reveste-se, por consequência, da maior importância (a História mestra da vida...), porque nos permite *avaliar* os meios utilizados e *pautar* em consonância o nosso comportamento actual. Uma *história local de turismo* deverá detectar isso mesmo — e uma análise do material publicitário, dos aspectos que se realçavam, patentear-nos-á não só a mentalidade da época como também poderá iluminar vastamente as nossas perspectivas turísticas no dealbar do século XXI.

Desculpar-nos-ão por apresentarmos necessariamente uma síntese, atendendo à índole *nacional* deste Congresso. Muitos dados forçosamente omitiremos, já que, embora interessantes, apenas a nível local eles assumem importância. Se, um dia, a Junta de Turismo da Costa do Estoril lançar ombros a uma demorada reflexão acerca da realidade que lhe cumpre promover, então, sim, se entrará em esmiuçamentos maiores. Contudo, mesmo a fugaz observação histórica do que, ao nível turístico, se passou no Estoril é curiosamente exemplar entre nós.

1. Os motivos de atracção

Foram três os principais «ingredientes» do turismo no concelho de Cascais: a beleza e as riquezas naturais, o clima, a proximidade de Lisboa — qualquer deles cantado em todas as épocas, muito antes mesmo de se pensar em «turismo».

Esses factores levaram, primeiro, à *fixação* permanente ou sazonal, e só depois ao *tour*. A região foi densamente povoada logo nos tempos pré-históricos: no local onde viceja o parque do Estoril identificaram os arqueólogos vestígios de um povoado eneolítico; a necrópole de Alapraia, junto a S. João do Estoril, revela densa e importante fixação das gentes da «cultura campaniforme» no segundo milénio a. C. O estudo da antroponímia patente em inscrições romanas do século I da nossa era demonstra a existência de uma organizada população pré-romana cujos cultos, indígenas, se chegaram a impôr ao colonizador romano. E já nesses longínquos tempos, em que Olísipo começava a ganhar importância como cidade portuária cosmopolita, plantada em estratégico estuário navegável, inicia Cascais a sua privilegiada existência de zona residencial: para isso aponta, em nosso entender, o requinte das mansões romanas que estamos a descobrir.

A *proximidade de Lisboa* — daí que seja normal, para Gil Vicente, programar, nas «Cortes de Júpiter», a propósito do acompanhamento duma infanta: «É também até Cascais / Irão os vereadores». Ou pôr, em jeito de chiste, na boca de Inês Pereira ao recusar um namorado: «Ide casar a Cascais».

É que, situada da parte do oceano, à entrada da barra, a baía de Cascais apresenta-se, nessa Lisboa de Quinhentos, como a sentinela, a guarda-avançada primordial. Não admirará, pois, que Frei Nicolau de Oliveira, ao publicar, em

1620, o seu «Livro das Grandezas de Lisboa», com que pretende aliciar a fixação da corte espanhola, teça rasgados elogios à «notável vila de Cascais», acentuando as extraordinárias qualidades do seu clima — «não há verão tão caloroso que nela faça sentir grande calma (...) nem há inverno tão rigoroso que nela faça sentir grande frio» — e a excelência terapêutica das suas águas, de tal modo (afirma) que ela se pode considerar «a mais sadia terra que se sabe em Portugal». Os ares e as águas, dois tópicos que amiudadamente se abordarão ao longo da história do turismo no Estoril.

Ora, essa multi-sécular fixação deixou, obviamente, assinaláveis *marcas* na paisagem. São elas, na actualidade, o quarto factor do fluxo turístico para o concelho, o quarto e, em nosso entender, aquele que se arrisca a ser, progressivamente, o mais importante — numa época em que a facilidade e a rapidez de comunicações permitem ao indígena demandar, sem grandes dispêndios, paragens de exuberante beleza exótica, escolher temporariamente um clima a seu belprazer. A proximidade de Lisboa, a valorização dos vestígios históricos, o aproveitamento das nascentes termas — são, neste final de século, os aliciantes maiores a decisivamente potenciar.

2. Cascais, vila da Corte — a época do turismo interno

Não admirará, conseguintemente, que, ao gerar-se um pouco por toda a Europa o hábito de ir a banhos, Cascais ganhe de imediato o estatuto de soberano complemento de Sintra, vila onde a família real passava frescamente o pino do calor estival, procurando a baía na doçura já outonal:

«Os bons e pacíficos cidadãos de Cascais fizeram esplêndida recepção a el-rei [D. Luís] e à rainha [D. Maria Pia de Sabóia] que, para fazerem uso de banhos de mar, chegaram àquela vila às seis e um quarto da tarde do dia 12» — escrevia-se no «Jornal do Comércio» de 13 de Setembro de 1870.

Durante três dias houve festejos, custeados por Manuel Vieira de Araújo Viana. E havia razão para tal, porque suas majestades davam, nesse dia, um passo decisivo para o arranque como estância balnear do vetusto burgo de pescadores.

Escrever-se-á em 1899:

«Quem tem título tem casa alugada em Cascais. Pode ir de visita às outras praias. Outubro passa-o, infalivelmente, em Cascais — o baluarte do *high-life* que se banha» («Brasil-Portugal», 18.10.1899). E:

«Cascais tinha de ser corte de reis e de príncipes, de fidalgos e de mulheres bonitas. O fausto, a grandeza, o amor, a elegância, a inteligência, a beleza, tiveram na encantadora estância de Verão a sua mais alta expressão».

Atrás da Corte veio, pois, a nobreza, a burguesia alfacinha. E se a uns, à maior parte, contentava alugar essa casinha modesta (já vêm anúncios no «Diário de Notícias» de 24.6.1870) — que o sacrifício de um mês pouco era em comparação com os elegantes benesses da vida em sociedade — outros, os mais endinheirados, optaram desde muito cedo pela construção de palacetes.

A presença da família real traz à vila uma outra animação. Raro será o dia em que Cascais não é notícia no «Jornal do Comércio», no «Diário de Notícias». Para o recém-inaugurado (19.9.1869) Teatro Gil Vicente — um «teatro de luxo» com lotação de quinhentas pessoas — programam-se concertos, récitas e representações teatrais:

«Vai haver duas ou três representações no lindo teatro, dadas pela Companhia do Gimnásio; já estão escolhidas as comédias, que são as principais que a Companhia tem levado à cena» («Diário de Notícias», 28.8.1871).

Aliás essa tradição teatral irá manter-se e chegará, como se sabe, até aos nossos dias: temos presente o folheto que anuncia para 24 e 25 de Agosto de 1907 dois espectáculos teatrais «pela muito aplaudida Troupe Polin de comédia e opereta» no então chamado Theatro Club Estrella (Chalé Emília do Carmo, Alto Estoril).

Ponto alto eram-no também as touradas na nova praça, inaugurada em 1873. Recordamos uma corrida de amadores, dirigida pelo Visconde da Asseca, que se realizou, observe-se bem, na tarde de segunda-feira, 18 de Outubro de 1897.

Grande incremento tiveram os desportos, já porque membros da Família Real os praticavam, já porque se tornava necessário animar estes finais de Verão; o ténis nos sussurrantes jardins da Parada, o hipismo, regatas, jogo do pau, tiro aos pombos — tudo pretexto de notícia nas crónicas dos correspondentes para os jornais da capital.

Procura-se, pois fazer face ao inesperado fluxo sazonal das gentes de Lisboa. Há, de imediato, um surto de construções. Surgem, aqui e além, numa reminiscência cosmopolita, as casas de praia, as *villas* — à maneira italiana, à moda francesa. (Ainda hoje, ao visitarmos Lacanau ou Arcachon, no Sudoeste francês, nos surpreende a semelhança da arquitectura balnear). Mas, além das «villas», de pequena dimensão, há planos de grandiosidade. O primeiro arranque para a construção de vivendas junto ao mar é dado por Andrade Torresão que inicia, em 1869, a construção da sua casa junto ao Forte de S. Roque. Por volta de 1886 e graças à imaginação do italiano César Ianze, João Martins de Barros transforma em «palacete aparatoso», hoje ex-libris do Estoril, o meio-arruinado Forte de S. António. Ernesto Schröeter ergue o Tamariz, por entre alamedas de tamarindos e palmeiras. Constrói-se, ainda no Estoril, a exuberante cocheira da residência da família Santos Jorge. Mas já antes o duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, chamara

expressamente de Inglaterra o arquitecto Thomas Henry Wyatt que delinea para o local onde se erguera o Forte de N.ª S.ª da Conceição um imponente palácio, cuja construção se inicia em 1873. Enfim, por toda a parte, «chalés suíços, palacetes italianos, mansardas alemãs», um verdadeiro «horto psiquiátrico» como o definirá Ramalho Ortigão, pois cada casa revela as manias do seu proprietário.

A estas construções de imaginoso «revivalismo» se acrescentam os edifícios da traça dum Raul Lino, dum Ventura Terra, dum Rafael Melo — architectos nacionais apostados em contrapor à influência estrangeira aquilo que, em seu entender, seria a autêntica «casa portuguesa»: recordemos a moradia do Conde de Monte Real, sobranceira à baía; a casa do Conde de Arnoso, na enseada de S. Marta, erigida em 1902, segundo projecto de Raul Lino.

As «marcas» duma época.

O Estoril era, na altura, o vasto pinhal pertencente a José Viana, a «quinta do Viana». Aí se localizavam as já decantadas nascentes termas, sobre que se edificara, em 1880, um modesto balneário de alvenaria, de quinze quartos, cada um com sua tina de mármore, para substituir o que ali servia desde os remotos tempos em que el-rei D. José I buscara o Estoril para alívio da sua gota. Recordemos que o *Dicionário Universal da Vida Prática na Cidade e no Campo*, de Teixeira Bastos (Porto, 1889), já aponta o Estoril como praia de banho e «estação de águas sulfurosas aproveitáveis em doenças de pele, especialmente dermatoses secas». Informa, além disso, que é pequeno o número de casas para alugar e que o estabelecimento de banhos, embora exíguo, está «regularmente montado». De sorte que, em 1892, o movimento de banhistas determinou a sua ampliação para trinta quartos. Havia, além disso, um grupo de casas de aluguer — o «pátio do Viana» — cujo conforto chegou a ser muito gabado. No «pátio», como escrevem Branca Colaço e Maria Archer, «veraneavam os poetas, os artistas, os sonhadores que amavam o isolamento, a mata, o areal deserto, o mar sem ninfas em fato de banho»...

Quanto ao Monte Estoril — «espécie de *tepidarium* morno com ruas areadas de parque, onde a brisa só chega coada pelas árvores e a própria voz do mar amortecida», como dirá mais tarde (1924) Raul Proença no seu *Guia de Portugal* — o Monte despertou também, designadamente pela mão do 2.º Conde de Moser. Funda-se, em 1889, a Companhia do Monte Estoril, que é depois proprietária do Grande Casino Internacional. Do Monte dirá António Bandeira que «levantava um grande casino, armava roleta luxuosa, dançava *cotillons* com marcas de Paris, jogava *lawn-tennis*, tomava banhos ao meio-dia, em *toilettes* complicadas» («Brasil-Portugal», 30.9.1899).

Surgem os melhoramentos locais. A 28 de Setembro de 1878, dia do aniversário do príncipe D. Carlos, acendem-se, na Cidadela, as primeiras seis lâmpadas eléctricas. Cascais é, assim, a primeira povoação portuguesa a ter iluminação pública eléctrica, pelo sistema Jablochkoff. No entanto, só em 1899 a vila e o Monte Estoril ficarão iluminados. Data provavelmente de 1886 a instalação do serviço telegráfico; a 13 de Setembro de 1900, é inaugurada a primeira estação telefónica.

E os transportes. Em 30 de Setembro de 1889 entra ao serviço o troço de caminho-de-ferro entre Pedrouços e Cascais, com dezasseis comboios ascendentes e descendentes, num percurso com a duração de cinquenta minutos. A 6 de Dezembro do ano seguinte, Pedrouços/Alcântara-Mar. A linha de Cascais só fica, porém, completada a 4 de Setembro de 1895, com a ligação entre Alcântara e Cais-do-Sodré. Registe-se, a título de curiosidade, uma local do «Diário de Notícias» de 3 de Outubro de 1892:

«Nas linhas férreas de Cascais e Sintra o movimento de passageiros havido ontem foi de 1800. A mais concorrida foi a de Cascais por causa do simulacro de naufrágio realizado na praia de S. João do Estoril que atraiu muita gente».

Anote-se também que já em 1887 Mariano Cirilo de Carvalho lançara a ideia de prolongar o caminho-de-ferro pela Marinha até Colares. O projecto não chegou a concretizar-se mas ainda se mantinha de pé ao tempo de Fausto de Figueiredo (embora sem passar já pela Marinha).

Anteriormente ao caminho-de-ferro, o transporte de Lisboa para Cascais era, naturalmete, o ónibus e *chars-à-bancs* e o barco. Em 1871, a empresa *Vapores Lisbonenses* publicitava a «viagem de recreio pelo vapor Lusitano», a realizar, a «preços do costume» e com «escala em Belém», entre Lisboa e Cascais, no domingo, 27 de Agosto. A partida estava marcada para as sete da manhã e o regresso à capital seria «às cinco e meia da tarde em ponto!» Havia, de resto, carreiras regulares que utilizavam o caíque, de velas latinas.

As estradas para Oeiras e para Sintra haviam sofrido importantes melhoramentos por acção do Visconde da Luz (Joaquim António Velez Barreiros). Em 1894, abre ao trânsito a Avenida Valbom, que, no dizer do presidente da Câmara de então, Jaime Artur da Costa Pinto, veio proporcionar aos habitantes de Cascais e aos «inúmeros forasteiros que procuram esta estação balnear, uma entrada cómoda e aprazível»; assim se prestou, na opinião do presidente, «um serviço ao País e às classes trabalhadoras». A 9 de Setembro de 1899, inaugura-se a Avenida D. Carlos I.

Enfim, procurou-se insistentemente incrementar a vinda de forasteiros, proporcionar-lhes uma boa recepção, entretenimentos. Interessar-nos-á, pois, observar quais os tópicos promocionais usados pelas unidades hoteleiras que pouco a pouco começam a surgir. Assim, o *Hotel Lisbonense*, de Cascais, manda publicar no «Diário de Notícias» de 24 de Junho de 1870 um convite ao «público frequentador desta formosíssima vila, hoje tão apreciada pela natureza

das suas cores e excelentes praias de banhos». O edifício do hotel, afirma-se no anúncio, é «vasto e desafogado» e «possui todas as condições exigidas nos hotéis de 1.^a ordem». Salienta-se que o proprietário tem «larga prática e conhecimentos especiais», o serviço «é feito com a maior prontidão e asseio», «as comidas, manjares e iguarias» variadas e confeccionadas a preceito. Anuncia, ainda, para os domingos e dias santificados uma «mesa redonda».

O *Royal Hotel*, do Monte Estoril, será mais sintético: «Bons quartos, bela vista de terra e mar e excelente serviço de *restaurant*».

Ora, será justamente para alguns desses hotéis que virão alguns dos nossos mais afamados escritores, os quais, na sua correspondência, nos livros e nas crónicas, vão propagandeando Cascais. António Nobre retira-se para o Estoril, em busca de ares sadios, em Outubro de 1896. Eça de Queirós, Tomás Ribeiro, Gomes Leal (que fica no Hotel Costa), Maria Amália Vaz de Carvalho e seu marido Gonçalves Crespo — passam temporadas em Cascais. De todos, porém, o mais acutilante é, sem dúvida, Ramalho Ortigão, que se hospedava no Hotel Globo e que, em Outubro de 1888, escreve n' *As Farpas* (VII, p. 315 e seg.):

«O Sindicato de Cascais propõe-se transformar o lindo arrabalde do Estoril, onde junto da praia há uma rica nascente de água termal, em vila de banhos e de águas no moderno tipo elegante de Wiesbaden, de Trouville ou de San Sebastian».

E, após uma consideração epicúrico-apocalíptica, sublinha Ramalho Ortigão: «Estoril-les-Bains tornou-se para nós uma necessidade social», perorando:

«A meia-hora de Lisboa, por um caminho-de-ferro de luxo, na margem do Tejo, *Estoril-les-Bains*, com o seu grande estabelecimento de banhos, com o seu casino, com as suas salas de ópera e de concertos, com suas roletas, com os seus pavilhões enigmáticos, com os seus *cottages* misteriosos, e com os seus camarões permanentes em gabinete reservado é um imprescindível complemento da civilização que felizmente disfrutamos...».

Não deixa de sentir-se aqui uma saborosa picada irónica — que outro não era de esperar — mas a ideia de internacionalizar o Estoril, como se vê, desde cedo começou a ganhar corpo.

3. O desabrochar do Estoril como estância cosmopolita

A criação da Companhia Internacional do Monte Estoril já visava obviamente a internacionalização da zona. Curiosamente, essa internacionalização começa a ser feita através, digamos assim, duma «via científica». É justo que o realcemos e disso, aliás, tomemos plena consciência.

Na verdade, o primeiro grande promotor do Monte Estoril além-fronteiras foi, sem dúvida, o Dr. Dalgado quando, em 1906, apresentou ao XV Congresso Internacional de Medicina, reunido em Lisboa, a comunicação *The Climate of Lisbon, Mont'Estoril and Cintra*. Um dos objectivos da intervenção era precisamente o de provar — pasme-se! — «que o Monte Estoril é, sob muitos aspectos, uma instância de Inverno superior a outras europeias de grande fama» e que «Sintra é uma deliciosa e encantadora estância de Verão». Por um lado, a complementaridade de que falávamos atrás e, por outro, a excelência do clima no Inverno — de que tanto se tem falado!

Não recordaremos aqui os números apresentados pelo ilustre cientista nem as análises que, posteriormente, a este propósito foram feitas já com base nos elementos fornecidos pela estação meteorológica instalada no Monte Estoril, em finais de 1930, por acção da Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais. Remetemos o interessado para a bibliografia que incluímos no final. Mas não resistimos a transcrever uma das entusiásticas afirmações do Dr. Dalgado, no opúsculo *The Thermal Springs and the Climate of Estoril* (Paris, 1910, p. 36):

«Os sapatos nunca têm bolor, as ruas não estão húmidas de manhã, os telhados não se cobrem de nusgo e o ferro nunca cria ferrugem»!

Tinha-se, pois, um clima excepcional — a rivalizar com Biarritz, Arcachon, Nice e toda a Riviera —, umas termas preciosas, uma paisagem única de vegetação e praias, a proximidade de Lisboa e de Sintra. Forasteiros nacionais já os havia; para equilibrar as nossas finanças, urgia fixar os outros, os que ao sonharem com um meio cosmopolita só pensavam na Riviera; ao programarem banhos de mar, apontavam Biarritz; ao desejarem temporada de águas, só demandavam Vichy. «Através de Portugal só fugidamente perpassa alguma desgarrada caravana de estrangeiros curiosos, de longada para o Oriente ou para os grandes centros europeus, seguindo com religiosa obediência as indicações anódinas do seu Baedeker», lê-se num memorando a que de pronto aludiremos, onde também se afirma:

«O Estoril é como uma mulher prodigiosamente bela a quem só falta o artifício das convenções estéticas da moda para enlouquecer e seduzir os homens».

Em Maio de 1910 vem residir para o Estoril Fausto de Figueiredo (1880-1950). Homem de larga visão, com trinta anos de idade, viajado, Fausto Cardoso de Figueiredo dispõe-se a concretizar os planos que andam no ar. Compra, em 1913, a Quinta do Viana; funda, com Augusto Carreira de Sousa, seu cunhado, a sociedade Figueiredo & Sousa, Lda. (que se tornou, por isso, a concessionária das termas do Estoril); vai de imediato a Paris, onde encarrega o arquitecto Martinet de lhe elaborar o projecto da nova estância.

Dispomos hoje de um apreciável documento, a brochura de 54 páginas que acompanhou uma «representação» entregue pela firma, em 26 de Maio de 1914, à Câmara dos Deputados. Vale a pena atentarmos nesse eloquente texto sobre o «Estoril, estação marítima, climaterica, thermal e sportiva».

O empreendimento aparece envolto aí naquele espírito patriótico que então por todo o país se vivia e se procurava alimentar. Ao nosso atávico apego ao passado, próprio de um «tempo de mórbida indecisão», contrapõe-se o progresso estrangeiro e «as faculdades construtivas da nossa raça» que «de dia para dia se afirmam cada vez mais vigorosas», de sorte que Portugal, como o Japão, será citado como «raro fenómeno de ressurreição nacional».

Discreteia-se depois sobre «o turismo e as suas vantagens», aduzindo o exemplo da Suíça e da França, enquanto em Portugal são mais os que saem que os que entram, com os inerentes prejuízos para as finanças nacionais. Daí que se louve a clarividência de Mariano de Carvalho quando propunha nos seus «Planos Financeiros» que Lisboa fosse uma estação de inverno, «com todos os jogos e recreios próprios das cidades desta ordem». Ainda não há — continuam os autores da brochura — «o turista que viaja *por prazer*, que exige comodidades, divertimentos, espalhando em seu redor ouro às mãos cheias». Os que vemos são «aqueles que viajam apenas *por curiosidade* e que se contentam em admirar, muito de passagem, os monumentos apontados nos roteiros da agência Cook». Os outros «ainda para cá se não encaminharam, porque sabem que não encontrarão comodidades nem divertimentos». Estes é que «sobretudo nos convém atrair». Portanto, não se obstaculize quem os deseje atrair — seria grande inconsciência e manifesta falta de patriotismo. Urge, pois, lançar mão à construção de grandes hotéis e demais estruturas de acolhimento — casinos, parques desportivos, «diversões de toda a ordem» — porque, doutra sorte, teremos um «excelente teatro sem palco, sem músicos e sem actores».

Daí que seja imperiosa a ajuda do Estado, uma vez que a iniciativa oficial não tem sido meritória. E cita-se a propósito, o caso do Hotel do Buçaco, «magnífico sem dúvida mas pequeno»:

«Quer-se atrair o turista estrangeiro: fala-se-lhe do nosso clima encantador, no qual, em todas as épocas do ano, os jardins ostentam flores deliciosas. Mostram-se-lhe fotografias do monumental hotel do Buçaco. E ele vem surpreender-se com a desilusão de contemplar, através dos pórticos manuelinos, um campo de favas ou um tabuleiro de couves!».

E prosseguem:

«As estações de águas, as praias de banhos, os ares da montanha, são a cada passo procurados como antídoto às mil e uma misérias que atormentam a humanidade culta».

Referem-se os banhos de sol e de luz, de lodo e de lama, gelados e de vapor, como óptimos para a saúde:

«Tudo isso se faz, sabemos-lo vagamente, em vagos lugares longínquos, que pela forma genérica costumamos designar: *lá fora*. É *lá fora* que o turismo floresce, *lá fora* que existem os grandes e sumptuosos hotéis (...), *lá fora* os casinos, os magníficos estabelecimentos termiais, as praias de banhos da *élite* (...).»

Fixar os turistas que procuram outras paragens é, pois, «grata e patriótica tarefa». Há possibilidades de o fazer: «Aí temos, a dois passos de Lisboa, o desejado Oásis» — «o mar, a serra, o campo: e sobre tudo isto um céu luminoso e transparente».

Essa, a obra a que lançaram mãos:

«No instante em que escrevemos, já cerca de duzentos homens iniciaram os trabalhos preliminares de aterros e desaterros, construção de avenidas, pesquisa e captação de águas termiais, ensaios de cultura de plantas decorativas», «...de forma que seja florido o aspecto do jardim em qualquer época do ano que se visite». Vai melhorar-se a captação das águas termiais e os tratamentos clínicos estarão sob a direcção do dr. Brandt (das termas de Royat, no sul da França); o desporto (ténis, patinagem, *croquet*, *cricket*, *foot-ball*, corridas de cavalos, golfe...) será considerado: à volta do parque vai construir-se uma linha de *tramways* eléctricos «que deve prolongar-se depois até Sintra ao longo da vertente da serra (o que já constituiu objecto de uma concessão do governo)»; Cascais será um dos «portos de escalas obrigada do *yatching* de recreio: aos poderes públicos compete, pois, (...) ordenar a construção de um pequeno porto de abrigo, com uma centena de metros de cais acostável, para exclusivo serviço do turismo».

Enfim, o Estoril — concluem — será doravante uma «estação elegante de inverno e único estabelecimento termal que pode abrir as suas portas em pleno Dezembro» e «o Portugal ignorado passa ao domínio da lenda».

Desde finais do século XIX que em Cascais se jogava durante o Verão. Existia na vila o casino da Praia e, no Monte Estoril, o Grande Casino Internacional, a que já fizemos referência. Mas, em 1906, Hintze Ribeiro, suprimira o jogo em Cascais e no Monte, o que não passou sem enérgicos protestos. De qualquer modo, Fausto de Figueiredo insistia, na sua exposição: o Estoril que pretende levantar «*possui condições de vida própria e pode, portanto, dispensar o concurso do jogo para existir*»; pensa, no entanto, que «o jogo, arrendado no Estoril de hoje, daria de lucro para o Estado uma determinada verba; no futuro Estoril essa receita será, pelo menos, triplicada», o que não significa, esclarece, que os empreendedores estejam a exigir em troca «qualquer espécie de vantagens ou preferências em possíveis concursos para arrematação do jogo».

Esta exposição — profusamente ilustrada com os projectos dos imóveis a construir — tem uma finalidade precisa.

(Certamente outros comunicantes deste congresso vão abordar ou abordaram já o tema, mas será em todo o caso interessante relembrá-lo). É que o Ministro das Finanças, Tomás Cabreira, apresentara à Câmara dos Deputados, a 22 de Abril desse ano de 1914, uma proposta de lei que, na sequência de anteriores projectos (de Manuel Espregueira — 1905 —, Ernesto Diesel Schrëter — 1907 —, Ferreira do Amaral, Manuel Espregueira e João de Sousa Calvet de Magalhães — 1908), visava a concessão de isenções fiscais a quem se propusesse construir hotéis, segundo projectos previamente apreciados pelo Conselho de Turismo e pela Sociedade Propaganda de Portugal, designadamente em zonas que se indicavam (entre as quais Estoril-Cascais).

O memorando visa, pois, dar uma achega a essa discussão legislativa. A firma Figueiredo & Sousa sublinha: não basta pensar em hotéis, há outros tipos de empreendimentos a erguer; as importações não se reduzem ao mobiliário mas também a inúmeros outros acessórios de equipamento inexistentes no País — devem ser-lhes extensivas as facilidades alfandegárias. Por outro lado, a firma já começara os trabalhos: solicita, portanto, que a legislação a possa contemplar também nas isenções previstas e na compensação das contribuições já pagas, e que lhe seja dada a possibilidade de fazer ela própria o policiamento da zona em construção.

Entreanto, Fausto de Figueiredo e Carreira de Sousa jogam todas as cartadas.

A *Ilustração portuguesa* de 10 de Agosto de 1914 (2.ª série, n.º 442, p. 165-168) insere uma reportagem ilustrada subordinada ao título «Como o Estoril se transforma», «O Estoril que se prepara a desafiar a Riviera, Biarritz e Ostende». Nela se dá conta dos trabalhos em curso (o desbaste do pinhal, os desaterros...) com vista a erguer aí um conjunto arquitectónico que irá «amachucar de ridículo e mesquinhez qualquer dos antigos casarões que o Estoril possuía como hotel ou estabelecimento de banhos». E o articulista termina saudando: «(...) o progresso servido por uma vontade tenacíssima que o mais acrisolado patriotismo soube inspirar».

A 1 de Novembro de 1914 — aproveitando a estada do arquitecto Henry Martinet, responsável pelos projectos, bem como dos hoteleiros Charles Ritz (filho), da cadeia de hotéis desse nome, e Luís Gandolfo, director do Hotel Westminster, de Paris — Fausto de Figueiredo e Carreira de Sousa convidaram a imprensa para uma visita aos trabalhos, seguida de almoço no Grand Hotel Estrade. Os ecos no «Diário de Notícias» do dia seguinte são eloquentes. Sob o título «A transformação do Estoril», fala-se do «empreendimento, cuja realização já não oferece dúvidas, porque os trabalhos feitos são importantíssimos e os organizadores não são pessoas que fiquem a meio caminho das iniciativas em que se empenham». A impressão geral é (mais uma vez) a de que se trata de obra de um «cunho verdadeiramente patriótico» e do «mais seguro êxito». Os promotores são apelidados de «inteligentíssimos» e «corajosos». A reportagem é também pretexto para um apelo — aliás secundado pela Sociedade Propaganda de Portugal, como se afirma —: torna-se necessário que os organismos oficiais competentes tratem de melhorar as estradas.

Estes ecos — e outros que nos dispensamos de assinalar para não alongar em demasia a nossa intervenção — surtiram o efeito desejado: a discussão da proposta de lei fez-se no Parlamento e dela sai o conhecido decreto n.º 1121, de 2 de Dezembro de 1914, de que não resistimos a transcrever dois sintomáticos considerandos:

«(...) em Portugal não há em número suficiente grandes hotéis modernos, traçados com elegância, mobilados com bom gosto, que ofereçam ao turismo abastado o conforto que exige e que encontra nas estâncias do estrangeiro;

(...) a construção de grandes hotéis virá atenuar a crise que nos últimos tempos se tem feito sentir entre a classe proletária, apresentando ensejo de melhoria futura».

E, resta-nos acrescentar, lá estão consignados, no seu articulado, as pretensões da Figueiredo & Sousa, Lda.: os artigos 3.º e 7.º estendem os benefícios alfandegários não apenas ao mobiliário mas também a utensílios, aparelhos e «quaisquer artigos de manifesta necessidade ou de embelezamento»; o artigo 4.º alude a outras estruturas turísticas para além dos hotéis; o artigo 10.º prevê o policiamento próprio.

Isto significa, por conseguinte, que a petição não caiu em saco roto e que o Governo olhava com atenção para o que se pretendia fazer no Estoril.

Perante o estipulado no decreto-lei, Fausto de Figueiredo e seu sócio mais uma vez não perdem tempo e constituem com mais pessoas a sociedade «Estoril». A escritura — que veio publicada no «Diário de Notícias» de 31 de Março de 1915 — é lavrada a 29 de Março de 1915, em Lisboa, no cartório de Alfredo May de Oliveira. O objecto da nova sociedade anónima de responsabilidade limitada é a «fundação e exploração de uma estação de vilegiatura no Estoril» (art.º 2.º), usando como meios para o atingir o aproveitamento e transformação das termas «ali existentes» assim como a construção e exploração de balneários, hotéis, casinos, parques, jardins e jogos desportivos. O capital social é de 1 597 500\$: a firma entrou com os seus terrenos, os trabalhos, planos e estudos feitos, sem excepção, contabilizados em 1 589 400\$; os demais com noventa acções, de 90\$ (500 francos) cada. Constituíam o conselho de administração, nos primeiros três anos, João Pedro de Sousa, João da Fonseca Cruz e António Tavares de Carvalho.

Segundo a alínea g) do art.º 14.º do pacto social, é também das atribuições do conselho de administração — e este dado parece-nos curioso — a possibilidade de «criar ou transformar e explorar os meios de transporte por tracção animal, de vapor ou eléctrica, indispensáveis para comodidade dos turistas e valorização dos estabelecimentos sociais». De facto, a 7 de Agosto de 1918, a Sociedade Estoril arrendou à C.P., por cinquenta anos, a linha férrea Cascais-

-Lisboa, assumindo a obrigação de a electrificar, o que viria a acontecer a 29 de Dezembro de 1926. Assinale-se, já agora, que a estação do Cais-do-Sodré seria inaugurada dois anos mais tarde, a 18 de Agosto de 1928, enquanto a de Cascais só o viria a ser após a Segunda Grande Guerra, a 26 de Outubro de 1946.

A 14 de Setembro de 1915, a firma Figueiredo & Sousa, Lda., transfere oficialmente para a nova sociedade a exploração das águas medicinais.

E os trabalhos prosseguem a bom ritmo. A 16 de Janeiro de 1916, na presença do Presidente da República, Bernardino Machado, é solenemente lançada a primeira pedra do casino, projectado pelo architecto Silva Júnior. Em 24 de Setembro de 1917, o «Diário de Notícias» insere já uma nota sobre o Concurso Hípico Internacional do Estoril. A 25 de Agosto de 1918 inaugura-se o estabelecimento termal, ainda em fase de acabamento: o anúncio então publicado no «Diário de Notícias» alude às características das águas, às doenças que ali se tratam e aos vários tipos de banhos.

A 15 de Setembro desse mesmo ano, nova visita proporcionada à imprensa. Os jornalistas vão de Lisboa nos comboios das 9.30 e 10.30. Visitam o balneário (o jornalista do «Diário de Notícias» salienta a possibilidade de banhos de água salgada, «levada mecanicamente do mar para o balneário»); dão uma volta pelo parque; detêm-se no casino com capacidade para albergar dez mil pessoas; passam pela zona do teatro, «em cujo palco (anuncia-se) se poderão executar óperas de grande espectáculo, achando-se preparado para que em cena possam entrar, com facilidade, cavalos e carruagens». E o jornalista conclui que tudo isso, «no meio acanhado em que vivemos, poderia parecer simplesmente um sonho irrealizável». O *menu* com que são brindados é requintadamente francês. «Ao *champagne*» discursou Fausto de Figueiredo, eloquente. Depois de se referir aos obstáculos levantados a esta «obra que, se não tem a pretensão de encerrar em si o turismo, é, todavia, como que a chave da indústria do turismo em Portugal», acrescentou: «Tanto pode ser atribuída a um louco como a um especulador menos escrupuloso. A maledicência, se essa obra não frutificar, dirá que ela só por um louco poderia ser concebida; se frutificar, dirá que o dinheiro bem ou mal tudo vence». E garantiu, peremptório: nenhuma compra, nenhuma venda foi, aqui, ilegítima ou imoral.

* * *

A semente, afinal, frutificou.

O nome do Estoril galgou fronteiras mercê de bem orquestrada promoção feita quer por Fausto de Figueiredo quer pela Comissão de Iniciativa para o Fomento da Indústria de Turismo de Cascais, criada em 1921 e regulamentada pelo decreto n.º 8046, de 24 de Fevereiro de 1922. Em 1924, Raul Proença afirma sem reboço no seu *Guia de Portugal* («recomendado pela Repartição de Turismo e pela Sociedade Propaganda de Portugal») que a região dos Estoris, a que chama «a Riviera portuguesa — a *Enseada azul*», «constitui a única estância cosmopolita que temos entre nós (vol. I, p. 613). O *Sud-Express* passa a ter o seu *terminus* no Estoril, pouco depois de 1926. O jogo é de novo regulamentado, o Estoril considerado zona permanente e a primeira concessão é ganha, a 3 de Dezembro de 1927, por Fausto de Figueiredo que a transfere para a «Estoril-Plage».

Acontecimento de relevo, largamente assinalado na imprensa, foi, no Verão de 1929, a realização, no parque do Estoril, da Feira de Amostras da Indústria Portuguesa, uma iniciativa da Associação Industrial Portuguesa que teve incondicional apoio da sociedade Estoril, da Estoril-Plage e da Sociedade Propaganda da Costa do Sol (designação que dava então os primeiros passos e que só viria a ser legalmente estabelecida pelo decreto-lei n.º 1909, de 22 de Maio de 1935). Aquando da inauguração, a 6 de Junho, o presidente da Associação Industrial Portuguesa realçaria quanto brilho emprestara à iniciativa «a formosa e elegantíssima emolduração que a cerca, cheia da suave frescura e do terno perfume deste lindo cantinho da terra portuguesa, sonho tornado realidade, do grande trabalhador e grande português que se chama Fausto de Figueiredo». Este salientaria, por seu turno, num improviso, que essa feira demonstrava claramente «que nada ou quase nada precisamos importar do estrangeiro, não nos faltando iniciativas inteligentes e ousadas». Estava presente o Chefe do Estado, Gen. Óscar Carmona, que saudou Fausto de Figueiredo pela «quota parte que tem tido no progresso do País». Houve cinema ao ar livre, fogo de artifício, concerto. O almoço de homenagem aos expositores, elemento oficial e imprensa foi servido no «majestoso *hall* das termas» — o Casino encontrava-se ainda em construção.

Esta feira foi saudada como «o início de uma nova era de actividade e de ressurgimento económico». Todas as noites, variado programa de animação: filmes ao ar livre, fogo de artifício (às quintas e domingos), concertos por bandas do concelho alternando com bandas regimentais, o «Diário de Notícias» tinha a seu cargo os serviços de noticiários que eram difundidos.

A década de 30 corresponde, por consequência, a intensa propaganda, numa acção conjunta dos particulares (nomeadamente das empresas de Fausto de Figueiredo) e dos dois organismos especialmente vocacionados para tal: a Comissão de Iniciativa do Concelho de Cascais e a Sociedade Propaganda da Costa do Sol.

Temos presente, entre outros, um *Guia-Álbum da Costa do Sol*, editado pela Comissão de Iniciativa em português, espanhol, francês, inglês e alemão. Depois de acentuar a proximidade de Lisboa e do mar, a beleza da paisagem,

a suavidade do clima e a graciosidade das praias, o opúsculo explica que a Costa do Sol é, de facto, uma estância climatérica, hidrológica e turística sem igual. Uma estância de prazer (bons hotéis, excelente alimentação — peixe sempre fresquíssimo! — casinos), uma estância onde se podem praticar todos os desportos (golfe, hipismo e pólo, *lawn-tennis*, corridas de cavalos, automobilismo, esgrima, equitação, tiro aos pombos e aos pratos, desportos de praia durante todo o ano...) e onde o serviço de fiscalização é modelar. E, depois de uma sugestão de passeios pelos arredores, uma breve referência a Cascais, «vila elegante, povoada de belas casas e formosos jardins»; à Parede e aos seus tratamentos pelo esquema Rollier; a Carcavelos, de sanatório e afamado vinho. Seguem-se 62 páginas de fotografias — para se concluir: «Eis a Costa do Sol... em fotografia. Vinde vê-la de perto sob a sua inesquecível luminosidade».

Um outro desdobrável, de 1935, da Sociedade Propaganda da Costa do Sol, proclama: Estoril «la plage d'été et d'hiver à 24 km de Lisbonne. Trains électriques toutes les demies heures. Le climat privilégié d'Europe». Refere os desportos, o estabelecimento hidromineral e fisioterápico, o Tamariz («paraíso das crianças»), o Casino... «e todos os jogos das cidades de águas».

As termas são, com efeito, um dos pratos fortes da promoção. O hotel do Parque, onde se integram, está aberto todo o ano e um dos desdobráveis retrata uma festa veneziana nocturna na piscina.

Entretanto, é criada pelo decreto-lei n.º 27 704, de 18 de Maio de 1937, a Junta de Turismo de Cascais e procura-se melhorar também o nível de vida da população, plataforma imprescindível para mais adequada recepção ao forasteiro. Nessa intenção se inscreve, em 1938, a notável e exemplar campanha contra moscas e mosquitos, porque — escreve Raposo Pessoa a esse propósito — «país de turismo na verdadeira acepção da palavra é o que sabe lavar-se, arranjar-se, pulir-se, varrer-se, exprobar-se de mosquedos impertinentes, dar a quem o visita uma nobre impressão de higiene e de asseio».

Nesses anos 30, as iniciativas são inúmeras: chegadas de touros, banhos nocturnos, corridas de motocicletas e de automóveis à volta do parque, exposições de flores, a chegada da volta a Portugal em bicicleta...

4. O Estoril do após-guerra

Com a guerra, Cascais e os Estoris mantiveram e aumentaram a sua fama, inclusive porque generosamente acolheram os monarcas exilados.

Inicia-se a construção da marginal.

Na década de 40, por acção de homens como o Eng. Abreu Nunes e Fausto José Amaral de Figueiredo (filho de Fausto de Figueiredo), quer a Junta de Turismo quer o Município de Cascais vão dar particular atenção ao património arqueológico, que praticamente ficara esquecido desde a inolvidável visita dos participantes no I Congresso Nacional de Arqueologia, em 1880. Fazem-se campanhas de escavação nas grutas do Poço do Velho (em Cascais), de Alapraia, de S. Pedro do Estoril e Porto Covo. Estudam-se os vestígios romanos dos Casais Velhos, perto do Guincho. De todas essas iniciativas se dá conta em congressos internacionais — o que faz entrar a Costa do Sol no novo e inesperado circuito, o científico, dada a importância dos achados arqueológicos que nela se fazem.

Os finais da década de 50 vão conhecer, no entanto, um novo desenvolvimento. Pelo decreto n.º 41 205 de 26 de Julho de 1957, é criada a Junta de Turismo da Costa do Sol. Os decretos n.ºs 41 562 e 41 563, de 18 de Março de 1958, põem a concurso a concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar da zona do Estoril. A Estoril-Plage não se recandidata e o concurso é ganho pela Estoril-Sol, SARL, de José Teodoro dos Santos.

E a história do turismo no Estoril destes últimos trinta anos vai girar, de modo especial, em torno de duas figuras ímpares: Joaquim Miguel de Serra e Moura, presidente da Junta de Turismo, e José Teodoro dos Santos, presidente do conselho de administração da Estoril-Sol.

As comemorações, em 1964, do VI centenário da elevação de Cascais a vila vão ser pretexto não só para a edição de uma importante série de opúsculos sobre variados aspectos históricos e científicos do concelho — iniciativa nunca por demais louvada e que se fica devendo à clarividência de D. António de Castelo Branco, presidente da Comissão Executiva das Comemorações, e que constitui, ainda hoje, o melhor repositório escrito de que dispomos acerca de Cascais — como também para o arranque ou consolidação de projectos do maior interesse. Inaugurou-se o aeródromo de Tires. Fez-se, pela primeira vez, a Feira do Artesanato, que neste ano de 1986 teve a sua 23.ª edição. Prosseguiram os Cursos Musicais Internacionais de Férias da Costa do Sol, iniciados em 1962, uma realização em que fomos pioneiros e se mantém, juntamente com o Festival de Música (12.ª edição deste em 1986).

No âmbito da Junta de Turismo, é com o aval de Serra e Moura que se lançam ombros a iniciativas tendentes a divulgar a então Costa do Sol e as suas belezas, sempre com o maior eco na imprensa. Refiramos: os festejos em honra de Sto. António; os salões internacionais de fotografia (XI — 1970); os concursos do melhor artigo sobre a Costa do Sol; no domínio das artes plásticas, os salões da Primavera (XVIII — 1972), do Outono (XIX — 1973), onde a temática local era também obrigatória, e os salões de Arte Moderna (X — 1972); a exposição canina internacional (36.ª edição, 1986).

Está igualmente ainda muito perto de nós a actividade incansável de Teodoro dos Santos (1906-1971). Não vamos repetir aqui o que, a seu respeito, se escreveu detidamente no opúsculo que a Sociedade Estoril-Sol intitulou: *José Teodoro dos Santos, empresário de turismo da renovação e Estoril-Sol, S.A.R.L., 25 anos ao serviço do turismo* (Estoril, 1983). Pode, porém, sublinhar-se que Teodoro dos Santos procurou potenciar — e conseguiu — a promoção dinâmica iniciada por Fausto de Figueiredo: a projecção internacional do curso carnavalesco, a participação de artistas de renome mundial nos espectáculos do novo Casino Estoril consolidaram, de facto, o Estoril como estância turística de primeira qualidade. Teodoro dos Santos intuiu, de modo particular, o valor promocional das actividades culturais. Por isso, o seu programa como concessionário do jogo deu largo espaço às artes plásticas, ao folclore (com a realização de festivais internacionais — I 1962, II 1965, III 1966, IV 1967), ao cinema (quatro festivais de cinema de amadores entre 1966 e 1971), ao artesanato. Após a sua inesperada morte, em 1971, essa tradição foi mantida pelo sucessor, Dr. Manuel Teles: o Casino Estoril assumiu algumas das iniciativas no âmbito das artes plásticas que a Junta de Turismo, após o 25 de Abril, deixou de promover (os salões de Primavera, Outono e Arte Moderna) e lançou-se noutras de reconhecido êxito, de que nos cumpre destacar a realização, a partir de 1978, de «semanas» culturais dedicadas a regiões nacionais e, mesmo, a países estrangeiros, designadamente ao Brasil. O Casino tornou-se, de certo modo, um importante centro de vida cultural e o primeiro palco do país para espectáculos de *music-hall*.

Foi, no entanto, também a partir de meados da década de 60, que o turismo no Estoril começou a sofrer os maiores abalos, mercê da concorrência do Algarve e da outra banda, agora mais acessível da capital pela ponte sobre o Tejo inaugurada a 6 de Agosto de 1966. Como já escrevemos noutra lugar, a ponte «veio tirar à Costa do Sol uma característica que largamente a havia beneficiado: a proximidade de Lisboa. Com a ponte, outras zonas, com bons recursos naturais, estavam igualmente a dois passos da cidade, proporcionando ambientes de repouso e grandes extensões de areia. O *sobressalto* foi grande e desde logo se alicerçou, no espírito dos mais directamente ligados ao desenvolvimento turístico, a ideia de que urgia empreender, quanto antes, a *batalha da valorização*. Até aí a Costa do Sol vivera dos seus predicados, das suas praias, pinhais e estabelecimentos; agora, necessitava de revitalizar tudo isso e excogitar urgentemente novos pólos de atracção». Fizeram-se então votos:

«Que todos saibam na Costa do Sol (...) encarar o futuro com inteligente objectividade, trabalhando sem desfalecimentos, para que esta nossa encantadora região não quebre o seu ritmo ascensional e não veja reduzidas, sequer estagnadas, as suas possibilidades no campo — tão promissor — das realidades turísticas» («Jornal da Costa do Sol», 6.8.1966).

Os votos, afinal, não obtiveram inteira concretização. Não se lograram acertar agulhas, a *batalha da valorização* não foi suficientemente dinâmica.

O balneário do Estoril — que tanta gente tinha trazido à zona — fora demolido nos finais da década de 50, com a condição de se construírem novas instalações, mais rendíveis e onde a vista dos doentes não afastasse os turistas (uma das razões invocadas para a demolição). Em 1970, os concessionários propõem-se reabrir as termas dentro de dois anos, ainda que com balneários provisórios, a tornar definitivos em 1975. Novos adiantamentos são, no entanto, solicitados e, em 1973, a Estoril-Plage (concessionária) apresenta dois novos projectos, assinando em Junho desse ano um contrato com a Sogenor, tendo também a participação da Profabril, para o estudo, planificação e construção de um hotel para congressos, de cinco estrelas e com 250 quartos, assim como da estância termal. O tempo vai-se escoando, porém, à Estoril-Plage a constituição de uma sociedade de economia mista, aberta a outros interessados na valorização turística da zona. Um diferendo de competências levantado pela Câmara Municipal travou o projecto, para que inclusive já se obtivera financiamento. E as termas continuam por construir, escoando-se a água desperdiçadamente para o mar...

Procurou-se igualmente uma nova imagem. Em 1973, pensou-se num rebaptismo, uma vez que a homónima Costa del Sol espanhola nos estava largamente a ultrapassar — de resto, acentuava-se, alguma da nossa publicidade como «Costa do Sol» redundava em benefício alheio. Pensou-se em «Costa de Lisboa» ou «Seaside coast of Lisbon» — designações que não obtiveram total aceitação. O nome «Estoril» tinha décadas de de promoção. Assim foi entendido e, pelo decreto regulamentar 30/79, de 31 de Maio, a Junta de Turismo passou a designar-se «da Costa do Estoril».

4. A encruzilhada em que se aposta

Não compete ao historiador, ainda que ligado à problemática turística, profetizar evoluções ou apontar directrizes. Entende-se, porém, que a análise crítica do passado — dos seus erros e das suas virtudes — poderá sugerir pistas de actuação, mormente se reflectirmos sobre o que fez a grandeza do Estoril como pólo dinamizador do turismo numa região. E, de certo modo, voltamos à pergunta inicial: quais foram os ingredientes que confeccionaram a Costa do Estoril como apetitoso prato turístico?

1. *O clima*. Louvou-se o nosso Inverno — a Costa do Estoril pode assumir-se, ainda hoje, como invejável estância europeia de Inverno.

sem que nada se ressalva. A Junta de Turismo propôs, em 1979,

2. *A paisagem*: o pinhal, a vegetação ímpar da orla marítima, as praias. Vamos protegê-la, atendendo inclusive à saudável concorrência da outra costa, a da Caparica.

3. *As águas*: é urgente que se abra o projecto das termas do Estoril.

4. *A proximidade de Lisboa*: concretize-se a via rápida; dêem-se melhores condições ao aeródromo; retome-se o (antigo) projecto da marina; aproveite-se o autódromo.

5. *As «marcas» do passado*: preservemos e valorizemos os vestígios pré-históricos e romanos, as fortalezas setecentistas (a Cidadela, por exemplo, cujo usufruto já foi cedido ao Município, em 15 de Março de 1911, pelo espaço de trinta anos), as edificações dos finais do século XIX e princípios do século XX.

Como largamente se tem comentado, as verbas provenientes das chamadas «contrapartidas» da nova concessão do jogo pela Estoril-Sol (a iniciar no próximo ano) constituem ocasião privilegiada e única de investimento rendível e adequado. Discordamos que se veja no jogo exclusivamente uma «fábrica de fazer dinheiro». Se não arremos caminho, esfumar-se-á a imagem de «casino, centro cultural» que tanto tempo levou a implantar-se e com tão bons resultados práticos. Tudo depende de como se encarar, a nível governamental, a aplicação de eventuais receitas.

Em suma — há que melhorar para melhor acolher. Mas valorizar implica necessariamente preservar a nossa individualidade, aquilo que entre nós é original, o casal saloio, a fortaleza, a duna. Criem-se parques residenciais turísticos, *villages* — mas que sejam integrados na paisagem e fiéis às nossas tradições arquitectónicas. Hoje, que as preocupações culturais são apanágio da totalidade dos turistas que nos visitam, independentemente do seu nível etário e da sua condição social, consciencializemo-nos de que, por exemplo, das grutas de Alapraia saiu um espólio arqueológico único no mundo; demo-nos conta de que Freiria, minúsculo e recôndito povoado do interior do concelho de Cascais — e o interior já foi por demais sacrificado!... — é hoje internacionalmente citado no mundo científico porque aí se encontrou o altar dedicado a uma divindade até agora inteiramente desconhecida. Aliás, situada a dois passos do aeródromo, esta *villa* romana em excelente estado de conservação será, se as entidades responsáveis assim o quiserem, um dos pontos de visita obrigatória daqui a três-quatro anos.

* * *

A reconstituição objectiva do passado não é espelho em que demoradamente, regaladamente, nos narcisemos, na contemplação mole da grandiosidade que fomos. É, sobretudo, catapulta que se arma, que activamente se observa para, com certeza de tiro, nos projectar mais além.

«Para uma história do turismo no Estoril» pretendeu ser, por conseguinte, «mestra da vida», a lição panorâmica que, analisando o que fizemos, propõe correcção de agulhas na busca dos rumos que, no passado, levaram a porto seguro e que, renovados, outros portos demandarão.

Todo o conforto, sim. Toda a hospitalidade, também. Mas na defesa intransigente dos nossos valores culturais, daquilo que de facto nos individualiza e que é, para o forasteiro, motivo de superior encanto. O grande motivo de superior encanto.

Cascais, Outubro de 1986

José d'Encarnação

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ANDRADE (Ferreira de), *Cascais — Vila da Corte (Oito Séculos de História)*, Cascais, 1864. Cfr.: ENCARNÇÃO (José d'), *Índices e Suplementos (1964-1972)*, Cascais, 1975.
- CARDOSO (Guilherme) e ENCARNÇÃO (José d'), *Cascais no Tempo dos Romanos*, Cascais, 1986.
- CAVACO (Carmina), *A Costa do Estoril — esboço geográfico*. Lisboa, 1983.
- COLAÇO (Branca de Gonta) e ARCHER (Maria), *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa, 1943.
- ENCARNÇÃO (José d'), *História e Geografia de Cascais*, Cascais ¹1972, ²1976, ³1979 (com mais bibliografia).
- *Grutas pré-históricas de Alapraia — Estoril*, Junta de Turismo da Costa do Estoril, 1979 (também edições em Francês e em Inglês).
- *Cascais, guia para uma visita*, Câmara Municipal de Cascais, 1983.
- ESTORIL-SOL, S.A.R.L., *José Teodoro dos Santos (o empresário de Turismo da renovação) e Estoril-Sol. S.A.R.L. (25 anos ao serviço do turismo)*, Estoril, 1983.
- FERREIRA (H. Amorim), *Elementos para o conhecimento do clima do Estoril*. Junta de Turismo de Cascais, 1941 (com mais bibliografia).
- JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO ESTORIL, *Contributo para um Plano de Desenvolvimento Turístico da Costa do Estoril*, Estoril, 1980 (policopiado).